



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Conselhos Escolares: A construção da Gestão Democrática na Escola

DANIELA FREIRE LOPES PEREIRA

BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Conselhos Escolares: A construção da Gestão Democrática na Escola

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Daniela Freire Lopes Pereira

Conselhos Escolares: A construção da Gestão Democrática na Escola

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 17 de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do professor avaliador

Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino

Profª Daniela Freire Lopes Pereira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, minha maior incentivadora, quem sempre acreditou que eu era capaz.

Ao meu pai pelo carinho.

Aos meus irmãos por acreditarem na minha capacidade.

Ao Paulo pela compreensão da minha ausência nos momentos de estudo.

E em especial ao Bernardo que acompanhou como ninguém essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Professora Jussara Bueno, pela orientação, por acreditar no meu trabalho e por me apoiar nos momentos de dúvidas e ansiedades.

A professora Andréa Boy, pela orientação no PPP.

A colega de curso Adriana Valéria pelos momentos de troca de experiência e incentivo.

À minha família e amigos que tanto amo e especial ao Bernardo que esteve comigo durante todo o curso.

Enfim, a todas as pessoas que torceram por mim, que fizeram parte deste trabalho, e que posso ter me esquecido de citar, meu reconhecimento e o meu muito obrigado!

EPIGRAFE

“Um sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”.

Raul Seixas

RESUMO

O presente estudo, Conselhos Escolares: A construção da Gestão Democrática aborda uma análise crítica da Escola Infantil Objetiva, na cidade de Santa Luzia, no estado de Minas Gerais. Ele tem como objetivo analisar como a implantação, que não aconteceu plenamente, do Conselho Escolar influenciou na Gestão Democrática da escola possibilitando a participação de todos dos profissionais da instituição no direcionamento das ações. As reflexões realizadas permitiram compreender as principais contribuições do Conselho como possibilidade de exercício democrático para a comunidade escolar. Assim, o processo de implantação do Conselho favoreceu na construção da democracia na escola, onde as decisões passaram a serem tomadas em conjunto pelo corpo diretivo da escola e do corpo docente.

Palavras-chave: conselho escolar, gestão democrática, comunidade escolar, participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. CONSELHOS ESCOLARES: A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA.....	5
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	8
REFERÊNCIAS.....	9
ANEXO (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO)	10

INTRODUÇÃO

Durante o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Infantil Objetiva pensou-se na construção de um instrumento que expressasse as diretrizes do processo ensino-aprendizagem de uma escola singular. Desta maneira, a construção deste documento teve como referencial a sua realidade, a de seus alunos e as expectativas e possibilidades concretas da comunidade.

Conforme o PPP da instituição expôs na sua introdução, a elaboração do seu próprio Projeto Político Pedagógico foi para a equipe da Escola Infantil Objetiva, a afirmação de sua autonomia. Desta forma a escola cumpre, também, a determinação legal expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/9394/1996 que afirma a responsabilidade de cada instituição escolar elaborar seu próprio projeto expressando nesse documento suas intenções, sua vontade e sua forma de atuar (BRASIL, 1996).

Os propósitos e os princípios definidos na proposta pedagógica expressaram e regulamentaram as relações entre os participantes do processo educativo. A autonomia da escola não somente foi garantida por dispositivos legais, mas garantiu o percurso ao ser conquistada. Desta maneira, ao ser construído o PPP no fazer da escola, no trabalho coletivo e compartilhado, as questões pedagógicas, administrativas e financeiras ficaram ressaltadas.

Neste sentido, a autonomia da escola começou a ser exercida e trazia o respaldo da comunidade escolar. Vale salientar que:

[...] a autonomia, no contexto de educação, consiste na ampliação do espaço de decisão, voltada para o fortalecimento da escola como organização social comprometida reciprocamente com a sociedade, tendo como objetivo a melhoria da qualidade do ensino. Autonomia é a característica de um processo de gestão participativa que se expressa, quando se assume com competência a responsabilidade social de promover a formação de jovens adequada às demandas de uma sociedade democrática em desenvolvimento, mediante aprendizagens significativas. (LÜCK, 2000, p.21).

Com este entendimento, a finalidade do presente trabalho é realizar uma análise crítica sobre o processo de implantação do Conselho Escolar na escola, para

garantir a participação de vários seguimentos nas deliberações tomadas na instituição visando uma gestão democrática, mais atuante e transparente.

A escolha desse tema se deu pelo fato de acreditar na importância da gestão democrática e na participação dos Conselhos Escolares nas decisões tomadas em uma instituição. A Escola Infantil Objetiva, ainda, não conseguiu instituir um conselho organizado e atuante, no entanto, já iniciou um processo de mobilização dos seus membros para a implantação do Conselho Escolar, assim conseguiu modificar ações autoritárias e centradas na equipe administrativa. Percebe-se que houve o despertar de um processo coletivo, os professores passaram a participar das decisões da escola.

Têm-se como referência para este estudo os textos estudados no curso Escola de Gestores – UFMG, a LDB e o PPP da Escola Infantil Objetiva.

Conselhos Escolares: A construção da Gestão Democrática na Escola

De acordo com o caderno 1 Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania,

Os Conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolares e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógico, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos também, analisar as ações a empreender os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. (BRASIL, 2004, p.34-35).

Esta definição apresenta as principais atribuições do Conselho Escolar e sua relação com a gestão democrática na escola, apontando meios para que a escola busque nestes espaços constituídos a parceria e o apoio para a realização do seu trabalho.

A esse respeito, Dourado (s/d) trouxe uma perspectiva colocada por Paro (2001), que:

Inteirado o conselho numa política mais ampla da gestão escolar, parece que outra importante questão a ser enfrentada refere-se à necessidade de uma definição mais precisa de suas funções, dotando-o de atribuições e competências que o tornem corresponsável pela direção da escola, sem provocar choque de competências com o diretor [...]. Uma solução que poderia imaginar para essa questão é a de dotar o conselho de escola de funções diretivas, semelhantes às que tem hoje o diretor. Dessa forma, o responsável último pela escola deixaria de ser o diretor, passando a ser o próprio conselho em corresponsabilidade com o diretor, que dele também faz parte. A vantagem desse tipo de solução é que o conselho, na condição de entidade coletiva, fica menos vulnerável, podendo tomar medidas mais ousadas, sem que uma pessoa, sozinha, corra o risco de ser punida pelos escalões superiores. Supõe-se que, assim, o dirigente da escola (o conselho) detenha maior legitimidade e maior força política, posto que representa todos os setores da escola. Seu poder de barganha e sua capacidade de pressão, para reivindicar benefícios para a escola, seriam, também, superiores ao do diretor isolado. (PARO, 2001, p.81-82 citado por DOURADO, s/d, p.2).

Enquanto a Gestão Tradicional visa à centralização do poder como uma unidade de comando que obedece a hierarquia de autoridade, a Gestão Democrática visa à descentralização do poder, distribuindo-o entre os segmentos da escola e a comunidade. (LUCKESI, 2007).

Buscando esta mudança de mentalidade a Escola Infantil Objetiva iniciou um processo de implantação do Conselho Escolar, onde foram realizadas reuniões com o corpo docente com o objetivo de mobilização e esclarecimentos sobre sua importância para a Gestão Democrática.

Este movimento não se estendeu para a comunidade local, porque a Secretaria de Educação de Santa Luzia achou que não seria viável essa implantação em 2012 devido às questões políticas em ano de eleição, ficando então essa sensibilização restrita aos funcionários da escola.

A partir de então, as decisões passaram a ser tomadas pelo corpo diretivo juntamente com o corpo docente, descentralizando o poder da equipe administrativa da escola. Sabendo-se da importância de ouvir as demandas da comunidade local, mesmo não estando o Conselho Escolar organizado e atuante como almejado pela equipe da escola, quando possível os pais dos alunos eram convidados para participarem de algumas decisões que eram tomadas.

Neste contexto, a construção de uma instituição se faz no coletivo. Corroborando com este pensamento: “Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A cara da escola decorre da ação conjunta de todos esses elementos”. (LUCKESI, 2007, p. 15).

Assim, a participação coletiva proporciona a Gestão Democrática, que é um processo de luta constante na busca pela autonomia da escola que visa à participação da comunidade nos processos decisórios da instituição. Segundo Oliveira, Moraes e Dourado “[...] Pensar a democratização da escola implica lutar pela democratização da sociedade da qual essa faz parte e é parte constitutiva e constituinte”. (OLIVEIRA, MORAIS e DOURADO, s/d, p. 1-2).

De acordo com o caderno 5 Conselhos Escolares do Ministério de Educação: democratização da escola e construção da cidadania, “o Conselho Escolar constitui um dos mais importantes mecanismos de democratização da gestão de uma escola”.

(BRASIL/MEC, 2004, p.45). Por meio deste mecanismo democrático, os dirigentes conseguem saber o que a comunidade quer da escola, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito. Assim, o Conselho será um espaço para elaborar instrumentos que expressam os anseios da comunidade.

Os Conselhos Escolares tem suporte na LDB 9394/96, em seu artigo 14, onde afirma que:

[...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Autores como Dourado (2000), defende a constituição dos Conselhos Escolares como forma mais democrática de gestão. Esses Conselhos devem ser implementados nas instituições de ensino, pois garante a liberdade de expressão, de pensamento e de organização coletiva da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise realizada pode-se perceber que a implementação dos Conselhos Escolares proporciona a efetivação da gestão democrática no ambiente escolar, construindo uma identidade própria para a escola.

As reflexões realizadas na Escola Infantil Objetiva evidenciaram as principais contribuições do Conselho Escolar para a implementação da democracia na escola e principalmente como esta ferramenta é uma possibilidade de exercício democrático para todos os envolvidos no processo educativo.

Embora este movimento não tenha envolvido, plenamente, toda a comunidade escolar, percebe-se que a Gestão Democrática já está presente nas decisões da escola por meio da participação do corpo docente nas questões deliberativas oportunizando a expressão de suas opiniões.

Assim, fica evidente que a organização do Conselho Escolar pode contribuir para que a comunidade tenha a visão positiva da escola e sinta que seus direitos serão respeitados.

Percebe-se, ainda, que a participação da comunidade local em algumas decisões possibilita a sua presença na Gestão Democrática e ampara as decisões tomadas.

Faz-se necessário que a comunidade entenda a importância de sua participação na escola. Segundo Paro (2001) a gestão da escola pública só vai mudar e tornar-se democrática, de fato, se a comunidade escolar estiver consciente da força de ação de sua união.

Concluindo, entende-se que a implantação efetiva do Conselho Escolar é um passo importante na construção de uma gestão democrática no ambiente escolar, buscando a democracia nas tomadas de decisões para a construção de uma identidade própria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394 de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 05 de junho de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Caderno 1**. Secretaria de Educação Básica. Brasília DF 2004. P.9. Disponível em portal MEC.gov.br/seb/arquivo/pdf/.../CEcad1.pdf. Acesso em 04 de junho de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Caderno 5**. Secretaria de Educação Básica. Brasília DF 2004.P.40. Disponível em portal MEC.gov.br/seb/arquivo/pdf/.../CEcad1.pdf. Acesso em 04 de junho de 2013.

DOURADO, L. F. **O diretor, o conselho escolar e a gestão democrática na escola**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_6.pdf. Acesso em: 04 de junho de 2013.

LÜCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. Brasília. V.17, n.72, p.1-195, fev., 2000.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

OLIVEIRA, J. F.; MORAIS, K.; DOURADO, L. F **Premissas básicas para democratização da escola**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_7.pdf Acesso em 13 de junho de 2013.

PARO, Vitor H. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.

PPP da Escola Municipal Professora Maria da Glória de Castro Veado. Santa Luzia. 2013.



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO
VEADO**

ADRIANA VALÉRIA FERREIRA DE OLIVEIRA

DANIELA FREIRE LOPES PEREIRA

SANTA LUZIA - 2013

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO

VEADO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Andréa de Souza Boy do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SANTA LUZIA - 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1.FINALIDADES DA ESCOLA.....	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	7
3. CURRÍCULO.....	10
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	12
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	16
7. AVALIAÇÃO.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21
ANEXOS.....	23

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Professora Maria da Glória de Castro Veado” atende atualmente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – dividido em 2 (dois) ciclos, sendo o 1º ciclo: 1º ano/9 ao 3º ano/9º e o 2º ciclo: 4º ano/9 ao 5º ano/9, localiza-se no Conjunto Habitacional Cristina B, rua Maria Dorida da Rocha, número 20, município de Santa Luzia, estado de Minas Gerais.

Atualmente a Escola conta com aproximadamente 574 (quinhentos e setenta e quatro) alunos regularmente matriculados e frequentes. A comunidade atendida é constituída por diferentes maneiras de formação familiar: pais separados, filhos de vários pais diferentes em uma mesma família e outros problemas sociais.

Os problemas enfrentados pelas famílias acarretam serias dificuldades no processo ensino aprendizagem e comportamental de alguns alunos. Em contra partida, a maioria das famílias são participativas, atuantes e interessadas no desempenho escolar dos filhos, atentas ao trabalho realizado e oferecido à comunidade.

Elaborar seu próprio Projeto Político Pedagógico é para a equipe da Escola Municipal Professora Maria da Glória, a afirmação de sua autonomia. É a responsabilidade de elaborar sua própria constituição expressando nesse documento suas intenções, sua vontade e sua forma de atuar.

Os propósitos e os princípios definidos na proposta pedagógica expressa e regulamenta as relações entre os participantes do processo educativo. A autonomia da escola não somente garantida por dispositivos legais, passa a ser conquistada, construída no fazer da escola e acontecerá principalmente na sua forma de atuação e no trabalho coletivo e compartilhado, nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras.

De acordo com (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2012, p.2) no texto “Autonomia decretada e autonomia constituída” a autonomia da unidade escolar significa a possibilidade de construção coletiva de um projeto político pedagógico, que esteja de acordo com a realidade da escola, que expresse o projeto de educação construído pela comunidade, em consonância com as normas estabelecidas pela legislação em curso.

Sabe-se que seria uma utopia chamar para si, enquanto instituição, toda a responsabilidade de educar e formar pessoas melhores para a obtenção de um mundo melhor, mais humano e igualitário. Mas fazer bem feito a parte que nos cabe, já é um passo.

É neste sentido que os funcionários da Escola Municipal Professora Maria da Glória de Castro Veado propõe o seu Projeto Político Pedagógico, realizando com responsabilidade e amor o seu trabalho e principalmente compartilhando e traçando junto com as famílias e a sociedade local sua filosofia, que norteará todo o trabalho educacional, visando uma gestão democrática.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. Paulo Freire

1. FINALIDADES DA ESCOLA

É importante que os funcionários da instituição tenham clareza das finalidades que ali permeiam, pois elas representam os princípios e valores adotados pela escola.

A Escola Municipal Professora Maria da Glória de Castro Veado tem como valores respeitar e encorajar as capacidades individuais e suas criatividade; Respeitar as diferenças e valorizar o amor, a solidariedade, a paz, a ética e o conhecimento.

Sendo sua missão ter credibilidade, qualidade e produtividade e formar cidadãos críticos, conscientes e transformadores de situações.

A instituição visa como objetivo geral garantir e vivenciar de forma completa, objetiva e real, a expressão, a criação, a autodescoberta, a interação e a aquisição de novos conhecimentos e competências; que estimulem a curiosidade, a iniciativa, o relacionamento, a responsabilidade e o aprofundamento de estudos. E objetivos específicos respeitar as diferenças e valorizar as capacidades individuais; Valorizar o amor, a solidariedade, a paz, a ética e o conhecimento, além de promover e divulgar ações para que haja a participação efetiva da família na escola; Desenvolver ações para incentivar e valorizar os profissionais para que eles realizem seu papel de maneira efetiva e estabelecer como foco a aprendizagem dos alunos.

Para refletir sobre finalidades da educação da escola, baseou-se no art. 22 da LDB, onde a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Na escola o aluno deve ter direito de acesso aos conhecimentos socialmente construídos, a aprender os conhecimentos disciplinares, atitudes e valores que lhe permitam a plena inserção no mundo social e a participação efetiva em todas as esferas da vida cotidiana.

As experiências escolares de ensino e aprendizagem dos estudantes e professores precisam estar comprometidas com a diversidade, com ações diversificadas que considerem as diferenças de ritmos e formas de aprender, o que colabora para a criação de oportunidades mais igualitárias para todos.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Dentro da organização administrativa, podemos dizer que a escola é de porte médio, contando atualmente com 12 (doze) salas de aula, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala de recursos multifuncional, 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) sala de supervisão, 01 (uma) sala de secretaria, 01 (uma) sala da direção, 01 (um) banheiro para funcionários, 02 (dois) banheiros para os alunos (masculino/feminino), 01 (uma) sala de depósito, 01 (uma) sala de almoxarifado, 01 (uma) cantina, 01 (uma) quadra.

A escola possui equipamentos para apoio pedagógico em bom estado de conservação e são bem utilizados pelo corpo docente. Em relação aos recursos humanos a instituição conta com 29 (vinte e nove) professores, sendo 02 (dois) de educação física e 01 (um) de sala de recursos multifuncional, 01 (um) diretor, 01 (um) vice-diretor, 02 (dois) supervisores, 02 (dois) secretários, 07 (sete) auxiliares de serviços gerais, 02 (dois) vigias.

Os recursos financeiros são administrados pelo Conselho Fiscal, que é composto pela diretora escolar (presidente do caixa escolar), pela vice-diretora (tesoureira), por um professor (suplente do tesoureiro), dois secretários da escola (secretários), dois professores e dois pais (fiscais). São recebidos na escola verbas do governo federal e verbas municipais.

Já na organização pedagógica da instituição a enturmação acontece seguindo critérios discutidos e estabelecidos nas reuniões pedagógicas, num consenso entre os professores, uma vez que não existe um padrão exigido pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia. O grupo docente decidiu agrupar os alunos por níveis de aprendizagem, embora muitos autores defendam ao contrário, sabemos o quanto é difícil trabalhar com uma turma com aproximadamente de 30 alunos e com vários níveis de aprendizagem diferentes, portanto optou-se por trabalhar com turmas "homogêneas".

As supervisoras reúnem quinzenalmente em reuniões pedagógicas com o corpo docente, com o objetivo de realizar estudos, pesquisas, análise de resultados, elaboração de planos de ação, troca de experiências e propor discussões de outros assuntos pedagógicos. Essas reuniões tem a duração de 2 horas.

A equipe administrativa e pedagógica da escola são responsáveis pela execução eficaz da proposta pedagógica da escola.

A escola tem como norte de seu trabalho pedagógico as Diretrizes Municipais de Santa Luzia e os PCN'S. Cada professor tem autonomia para trabalhar com a metodologia que tenha domínio e que atenda às necessidades da turma.

De acordo com o art.12º inciso 5 da LDB, os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as dos seus sistema de ensino, terão a incumbência de: prover meios para a recuperação de alunos de menor rendimento. Para tanto a recuperação dos alunos de baixo rendimento na Escola Municipal Professora Maria da Glória de Castro Veado, acontece de maneira paralela aos estudos ficando acordado com o grupo de docentes que esta deverá acontecer sempre que necessário de acordo com a necessidade de cada aluno. A professora dará atendimento individual aos alunos que apresentam ritmo mais lento de aprendizagem programando atividades diversificadas, propiciando desafios e estímulos especiais durante as aulas.

Até o ano de 1997, o Ensino Fundamental era oferecido em seriação, no ano seguinte implantou-se o Sistema de Ciclos, pois essa opção se fez necessária para atender às necessidades dos tempos atuais, respeitando os tempos de aprendizagem dos alunos.

De acordo com Elvira Souza Lima:

[...] o trabalho com ciclos é uma proposta de reformulação da estrutura escolar, que sustenta um processo contínuo constituído pelas atividades de ensino e as atividades necessárias para a aprendizagem, levando assim, ao desenvolvimento humano de todos os educandos. [...] A proposta de ciclos encerra a tentativa de se organizar um processo de ensino e aprendizagem que se adeque às características do desenvolvimento humano que é essencialmente diverso e que se efetua por idas e vindas até que o educando constitua determinado conceito, entenda e utilize um sistema simbólico, utilize os conceitos formais para a compreensão da vida cotidiana, constitua formas novas de pensamentos e se situe eticamente em relação ao conhecimento.

O número de alunos por turma no Ensino Fundamental pode variar de acordo com a demanda de atendimento, sendo um mínimo de 18 e um máximo de 40 alunos por turma. Na Educação Infantil o mínimo é de 12 e o máximo de 22 alunos por turma.

Os alunos que apresentam problemas de disciplina são distribuídos nas turmas estrategicamente.

Diariamente os alunos têm módulos aula com duração de 50 minutos cada, podendo esse horário se estender ou ser menor do que o planejado, pois a atividade será realizada de acordo com a demanda de tempo da turma. Semanalmente a grade curricular garante:

Os alunos que apresentam necessidade educacional especial ou quadros de deficiências recebem atendimento especializado na sala de recursos multifuncional, durante duas horas, três vezes ao dia, no contra-turno da escolarização.

3. CURRÍCULO

Segundo César Coll, currículo é a produção histórica, social, seletiva, carregada de intenções, um elemento sistematizador da educação escolarizada e fator central no processo de formação escolar de professores e educandos, como sujeitos críticos e ativos frente às questões sociais do seu tempo.

A questão chave reside em assegurar a realização de aprendizagens significativas, sendo que esta requer uma intensa atividade por parte do aluno que deve estabelecer relações entre o novo conteúdo e os elementos já disponíveis em sua estrutura cognitiva. Para tanto é necessário duas condições: o conteúdo deve ser significativo e o aluno deve estar motivado.

Na organização curricular, os conteúdos curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado.

Os conteúdos de ciências, história e geografia são ministrados e articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação a matemática, crescendo em complexidade ao longo dos ciclos.

O currículo desta instituição tem a base nacional comum, abrangendo o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. Para promover o desenvolvimento cultural dos alunos, é ministrado o ensino da arte. A literatura infanto-juvenil e a educação física são ministradas em todas as séries do ensino fundamental.

O ensino da história do Brasil levará em conta com as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as culturas indígenas, africanas e europeias, sendo assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil.

Visa-se um currículo que não valorize uma cultura mais do que a outra, pois se pretende proporcionar oportunidades para aprender e conviver com as diferenças. Dentro dessa diversidade existem os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) esse público cresce a cada dia nas escolas. Sabe-se da importância de criar condições que garantam seu sucesso e seu desenvolvimento. Para tanto, o currículo

terá que envolver um trabalho adequado às necessidades do aluno, visando oportunidade de socialização, de adquirirem independência e aprendizagem, de acordo com a capacidade de cada um.

Os programas curriculares são flexíveis, podendo ser realizadas modificações nos conteúdos e atividades propostas, após análise e prévia aprovação da Secretária Municipal de Educação de Santa Luzia, a fim de que possam ser adequados ao nível de desenvolvimento das turmas ou quando outros motivos relevantes assim o exigirem.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O planejamento é realizado trimestralmente em reuniões e individualizado de acordo com o nível de cada turma, a professora regente de turma elabora seu planejamento e apresenta para a supervisora apreciar e se necessário realizar intervenções. Para a realização de tal utiliza como referencia as diretrizes curriculares municipais e os PCN'S.

Os espaços físicos da instituição são utilizados de acordo com as demandas necessárias, a quadra esportiva está sempre ocupada com aulas de Educação Física ou recreio, uma vez que não tem pátio na escola. Para o uso da biblioteca foi elaborado um cronograma onde uma vez na semana cada turma realiza atividades de leitura, as atividades fora de sala são desenvolvidas em corredores em frente às salas de aula.

A carga horária anual é de 200 dias letivos, com 4 horas de efetivo trabalho diário, garantindo assim, o mínimo de 800 horas anuais.

De acordo com a grade curricular enviada pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia, o tempo de permanência do educando na escola é de 4 horas e 20 minutos incluindo o recreio, essas horas são divididas em módulos de aproximadamente 50 minutos para as disciplinas diárias, mas existe uma flexibilidade nos horários para atender às demandas das turmas podendo o tempo das aulas atingir 50 minutos ou não.

Anualmente a escola elabora o calendário escolar, seguindo orientações da Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia e retornado para o órgão para que seja aprovado pelo Conselho Municipal de Educação. Este é elaborado ao final do 2º semestre para o ano seguinte, com a participação de todos os funcionários da escola em reunião com direito de opinar nas decisões sobre as datas. O processo tem um caráter democrático e é registrado em ata e assinado pelos participantes.

Na busca do desenvolvimento de uma gestão democrática, autônoma e eficiente, a equipe administrativa e pedagógica realiza reuniões quinzenais com os funcionários onde o objetivo é capacitar o servidor para o exercício de suas atividades de forma articulada com a função social da instituição, sendo os alunos neste dia

dispensado duas horas mais cedo do que o horário habitual e repondo a carga horária através de atividades realizadas em casa.

A instituição conta também com a sala de recursos multifuncional, que é um espaço para a realização do atendimento educacional especializado a alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, incluindo aqueles que apresentam quadros de deficiências, bem como alunos que evidenciam altas habilidades/superdotação. É um ambiente de natureza pedagógica orientada por professor que desenvolve ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar. O atendimento é individualizado ou em pequenos grupos, de acordo com as necessidades dos mesmos. A carga horária não ultrapassa de duas horas de efetivo trabalho, três vezes por semana, no contraturno da escolarização.

A instituição em referencia não foi contemplada com o projeto escola aberta nem de tempo integral, porque a Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia priorizou como critério para o desenvolvimento do projeto as escolas que apresentavam os menores desempenhos educacionais nas avaliações externas. Ana Maria Cavaliere (2007, p. 1015) afirma que:

“O aumento do tempo de escola tem sido analisado na perspectiva do efeito escola, ou seja, dos estudos sobre resultados de desempenho escolar que independem ou superam a variável origem sociocultural do alunado e cuja explicação se encontra em elementos internos à vida escolar”.

5. PROCESSO DE DECISÃO

Na Escola Municipal Professora Maria da Glória de Castro Veado, busca-se uma escola mais justa, onde os processos decisórios possam ser transparentes e de conhecimento de toda a comunidade, pois ainda não existe o colegiado e nem o conselho escolar sendo que este a previsão é de implantação durante o ano de 2013.

Para as decisões de responsabilidade da escola, as opiniões dos funcionários são ouvidas durante as reuniões coletivas que discutem temas como: avaliação educacional, planejamento escolar, calendário, festas, projeto político pedagógico e outros. Durante esses encontros prevalecem às relações de democracia.

Também participa das decisões a equipe do Conselho Fiscal, esse conselho busca aplicar os recursos financeiros da escola, estabelecendo prioridades e democratizando os processos de decisão. A composição do mesmo é feita em assembleia, escolhido através de eleição, registrada em ata e cartório com duração de dois anos de mandato.

Outro processo decisório importante na escola é o Conselho de Classe, sendo fundamental garantir a participação efetiva dos componentes convocados (professores, supervisores pedagógico, vice-diretor e diretor), pois decisões importantes são tomadas nesse momento. Todos os envolvidos nesse Conselho são corresponsáveis pelo processo de ensino – aprendizagem. Antes da definição final do conceito do aluno é necessários discutir os avanços e dificuldades do discente, apontando ações para sanar esses problemas e redefinir ações, essas discussões são pautadas em registros das professoras e supervisoras. O Conselho de Classe acontece cinco vezes durante o ano letivo.

Na Educação Municipal de Santa Luzia, os diretores escolares são indicados pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo Prefeito. Sabe-se que a eleição direta para diretor tem sido uma das formas mais democrática para a escolha do mesmo, pois essa forma de escolha implica em uma conquista de decisão tomada pela própria escola. A escolha do diretor pela eleição pode não definir o tipo de gestão que a escola terá, mas poderá interferir no curso dela.

Paro (2001, p. 65-67, apud Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania. Caderno 5 – 2004 – página 40) discute e enfatiza a importância das eleições diretas para diretores e constata a expansão e a adoção desse processo eletivo como critério de escolha em grande número de municípios e estados onde vigorava a nomeação política. Realça, também, um conjunto de expectativas provocadas por esse processo, ao mesmo tempo em que destaca algumas limitações e possibilidades. Isso contribui para ampliar a visão sobre a gestão escolar, considerando não apenas a figura do diretor, mas, sobre tudo, a efetivação de processos colegiados de decisão e implementação de práticas na realidade escolar.

6. RELAÇÃO DE TRABALHO

As relações de trabalho são pautadas na solidariedade, reciprocidade e participação coletiva, ou seja, os funcionários trabalham em parceria e sempre que possível um ajuda o outro no que é possível, estabelecendo um laço de equipe.

A articulação entre os segmentos institucional e a definição de papéis que competem a cada um na escola, acontece de acordo com o regimento escolar da Secretária Municipal de Educação de Santa Luzia (2004), onde são especificados as atribuições e os direitos de cada segmento.

As questões disciplinares da escola são resolvidas com embasamento no regimento escolar. As situações que envolvam professores são resolvidas com a equipe administrativa (diretor e vice-diretor), já as situações de conflitos entre alunos, em prioridade o professor tenta resolver em sala, mas se não sanado o conflito, a situação é encaminhada para a equipe administrativa, onde o aluno poderá receber uma advertência oral, escrita ou uma convocação para reunião com os pais, de acordo com a gravidade do fato ocorrido.

As formações continuadas são geralmente oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia, onde a Coordenadoria de Programas e Projetos passa para a equipe administrativa da escola estar divulgando em reuniões e no mural de avisos. Essas formações acontecem geralmente extra-turno ou no contra-turno, sendo a seleção dos participantes de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia. Essas formações são vistas pelo grupo como oportunidade de crescimento profissional.

Dos 29 (vinte e nove) professores da escola, apenas 3 (três) não possuem formação superior.

Em relação à avaliação de desempenho, a direção escolar é avaliada anualmente pela equipe da Secretaria Municipal de Educação. Já a avaliação dos demais funcionários acontece semestralmente com a participação do diretor escolar, vice-diretor, supervisoras e funcionário avaliado. O documento é padronizado e enviado pela SME, o mesmo contempla critérios de: liderança, estratégias e planos, estudantes

e partes interessadas, sociedade, informações e conhecimentos, pessoas, processos e resultados.

Periodicamente a coordenação da Secretaria Municipal de Educação realiza visitas técnicas à escola para apreciação dos documentos e trabalhos pedagógicos, emitindo relatórios de análise e verificação do cumprimento de orientações realizadas em visitas anteriores ou em reuniões ministradas pelo órgão.

7. AVALIAÇÃO

Na instituição trabalha-se com a avaliação formativa e processual, pois acredita-se que o processo de avaliação começa na construção do planejamento e acompanha todo o desenvolvimento da proposta, até sua conclusão.

As provas são utilizadas por ser um indicador objetivo do desempenho e porque é necessário aprender a fazê-las uma vez que em instâncias da vida, especialmente em situações de seleção e classificação, esse instrumento é tomado como referência. Utiliza-se também como mecanismo de avaliação atividades realizadas em sala, tarefas de casa, análise de cadernos, trabalhos, pesquisas, a participação nas aulas, auto-avaliações, provas em duplas e com consulta e portfólios. Ressalta-se que ao analisar as atividades dos alunos, os erros são vistos como identificador de dificuldades. Os resultados dos alunos são apresentados trimestralmente aos responsáveis através de boletins com os respectivos conceitos adquiridos.

As avaliações internas acontecem frequentemente. No início do ano letivo aplica-se a avaliação diagnóstica com o objetivo de nortear os trabalhos, dando segmento a aprendizagem dos alunos. Durante os trimestres são aplicados vários instrumentos de avaliação, possibilitando desenvolver ações coletivas.

As avaliações externas acontecem de acordo com a demanda das mesmas, sendo o 2º ano/9 avaliado pela Provinha Brasil no 1º e 2º semestre nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática; O 3º ano/9 avaliado no Proalfa em Língua Portuguesa; O 4º ano avaliado pela Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia em Língua Portuguesa e Matemática, no 2º semestre; O 5º ano/9 avaliado pelo SIMAVE e Prova Brasil em Língua Portuguesa e Matemática, no 2º semestre.

Na escola a avaliação é parte construtiva do processo de formação do aluno. Do ponto de vista processual a avaliação contribui na definição do encaminhamento do currículo e faz parte, indiretamente, do planejamento pedagógico das formas de atividades pelas quais se pretende desenvolver o currículo.

A avaliação precisa ser compreendida como o aperfeiçoamento da prática educativa e entendida como meio para que todos os alunos consigam o maior grau de competências, conforme suas possibilidades.

Para Moretto (2008), o processo de avaliação deve proporcionar ao aluno a oportunidade de ler, refletir, relacionar, operar mentalmente e demonstrar que tem recursos para abordar situações complexas, demonstrando ter adquirido competência como estudante. O mesmo propõe uma construção do conhecimento que substitua o clima de angústia e tensão pela perspectiva da esperança de obtenção do conhecimento associado ao que é socialmente construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se o presente documento como indispensável no processo educacional, pois ele direciona as ações desenvolvidas na instituição.

Entende-se que a ideia do Projeto Político Pedagógico é de estimular a comunidade a participar ativamente com todos os seus segmentos, das práticas pedagógicas que serão encaminhadas na escola e na sua relação com a comunidade, decisões assumidas como compromisso de induzir e formular processos que produzam conhecimento e constituam verdadeiros cidadãos.

O mesmo será reavaliado anualmente levando em considerações as políticas e estratégias da escola, resgatando a escola como espaço público, lugar de debate, de diálogo, fundamentado na reflexão coletiva, sendo o instrumento fundamental para uma constante revisão de seus propósitos.

Através do Projeto Político Pedagógico, o gestor poderá priorizar a gestão pedagógica como eixo de seu trabalho, sem deixar de atuar nos aspectos administrativos e financeiros, fazendo com que toda a comunidade escolar atue em função do desempenho escolar dos alunos criando um ambiente escolar participativo, crítico e ativo, propondo assim uma instituição proativa. Para Heloísa Luck, “uma escola proativa é aquela que age com criatividade diante dos obstáculos, desenvolvendo projetos específicos para as comunidades em que atua, de modo a ir além da proposta sugerida pelas Secretarias de Educação”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Caderno 1. Secretaria de Educação Básica. Brasília DF 2004. P.9. Disponível em portal MEC.gov.br/seb/arquivo/pdf/.../CE cad1.pdf. Acesso em 17 de abril de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Caderno 5. Secretaria de Educação Básica. Brasília DF 2004.P.40. Disponível em portal MEC.gov.br/seb/arquivo/pdf/.../CE cad1.pdf. Acesso em 25 de abril de 2013.

Brasil. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/ 96. Brasília: 1996.

CAVALIERE, Ana Maria - Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Disponível em: [HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 25 de abril de 2013.

COII, César. Aprendizagem escolar e construção de conhecimento. Porto Alegre. Artmed. 1994. 159 páginas.

DIRETRIZES Curriculares para o Ensino Fundamental. Ciclo I-II – 1º ao 5º ano/9 – Santa Luzia. 2008.

MORETTO, Vasco Pedro – Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Editora: Lamparina. 2008. 192 páginas.

NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR. São Paulo. Editora Abril. Nº. 006. Fevereiro/março. 2010.

Lima, Elvira Souza. Ciclos de formação: uma reorganização do tempo escolar. Coleção fundamentos para a educação. Editora Sobradinho. 32 páginas.

OLIVEIRA, J. F.; MORAIS, K.; DOURADO, L. F. – Autonomia decretada e autonomia constituída. P.2. Disponível em: [HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/politica/pdf/saibamais3.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/politica/pdf/saibamais3.pdf). Acesso em 19 de abril de 2013.

OLIVEIRA, J. F.; MORAIS, K.; DOURADO, L. F. – Premissas básicas para democratização da escola. Disponível em: <HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/politica/pdf/saibamais3.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2013.


REGIMENTO Escolar da Prefeitura Municipal de Santa Luzia. 2004.

RESOLUÇÃO Nº 010/08 de 23 de junho de 2008. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais de Santa Luzia/MG. Santa Luzia. 2008.

ANEXOS

Anexo A- Calendário Escolar 2013.

E. M. "PROF.ª M.ª DA GLÓRIA DE CASTRO VEADO"
 EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1º ANO/9
 Rua Maria Dorinda da Rocha, 20 - Co. Santa Luzia - Santa Luzia - Minas Gerais - 33.045.090
 CEP: 33.110-630 - Tel: 3642 4589 - Fax: 31 3641 5566 e-mail: plane.educacional@santaluzia.mg.gov.br



PREFEITURA DE SANTA LUZIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CALENDÁRIO ESCOLAR - 2013
EDUCAÇÃO INFANTIL / ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO/9
ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO VEADO"

DE: 00 JANEIRO DL: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
6 F	7 F	8 F	9 F	10 F	11 F	12 F
13 F	14 F	15 F	16 F	17 F	18 F	19 F
20 F	21 F	22 F	23 F	24 F	25 F	26 F
27 F	28 F	29 F	30 F	31 F		

1 - Confraternização Universal

DE: 01 FEVEREIRO DL: 14						
D	S	T	Q	Q	S	S
3 F	4 RAP	5 Δ	6	7	8	9
10	11 R	12 X	13 R	14 R	15 R	16
17	18	19	20	21	22	23 SL
24	25	26	27	28		

12 - Carnaval

DE: 02 MARÇO DL: 20						
D	S	T	Q	Q	S	S
3	4	5 CC	6	7	8	9 CP
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23 FF
24	25	26	27	28 R	29 X	30
31						

29 - Paixão

DE: 01 ABRIL DL: 23						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6 ACE	
7	8	9	10	11	12	13
14	15 SEP	16 SEP	17 SEP	18 SEP	19 SEP	20 FC
21 X	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

21 - Tiradentes

DE: 01 MAIO DL: 20						
D	S	T	Q	Q	S	S
5	6	7	8	9	10 FT	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30 X	31 R	

1 - Dia do trabalho / 30 - Corpus Christi

DE: 00 JUNHO DL: 21						
D	S	T	Q	Q	S	S
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15 FJ
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

07 - Dia da Independência do Brasil

DE: 02 JULHO DL: 13						
D	S	T	Q	Q	S	S
7	8	9	10	11 CC	12	13 R
14 R	15 R	16 R	17 R	18 R	19 R	20 R
21 R	22 R	23 R	24 R	25 R	26 R	27 R
28 R	29	30	31			

15 - Assunção de Nossa Senhora

DE: 01 AGOSTO DL: 20						
D	S	T	Q	Q	S	S
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15 X	16 R	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30 FT	31

15 - Assunção de Nossa Senhora

DE: 01 SETEMBRO DL: 21						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7 X
8	9	10	11	12	13	14 CC
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

07 - Dia da Independência do Brasil

DE: 01 OUTUBRO DL: 18						
D	S	T	Q	Q	S	S
6	7	8	9	10	11	12 X
13 R	14 R	15 R	16 R	17 R	18 R	19 R
20	21 SMCA	22 SMCA	23 SMCA	24 SMCA	25 SMCA	26
27	28	29	30	31		

12 - N. S. Aparecida / 15 - Dia do Professor

DE: 00 NOVEMBRO DL: 21						
D	S	T	Q	Q	S	S
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15 X	16
17	18	19	20	21	22	23 CN
24	25	26	27	28	29	30

2 - Finados / 15 - Proclamação da República / 20 - Dia Nacional da Consciência Negra

DE: 02 DEZEMBRO DL: 09						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2 M	3 M	4 M	5 M	6 M	7 CC
8	9 M	10 M	11 M	12 FT	13 X	14
15	16	17 F	18 F	19 F	20 F	21 F
22 F	23 F	24 F	25 F	26 F	27 F	28 F
29 F	30 F	31 F				

13 - Dia de Santa Luzia / 25 - Natal

LEGENDA		DIAS LETIVOS				
		TRIMESTRE	DIAS LETIVOS	DIAS ESCOLARES	TOTAL	TRIMESTRES
▲	Início do Ano Escolar					
▼	Término do Ano Escolar					
▲	Início do Ano Letivo					
▼	Término do Ano Letivo					
X	Feriado					
R	Recesso					
RAP	Reunião Administrativa Pedagógica	1º	64	5	69	05/02 a 10/05
CC→	Conselho de Classe Extra-Turno	2º	67	3	70	13/05 a 30/08
CC	Conselho de Classe	3º	69	4	73	02/09 a 12/12
FJ	Festa Junina	TOTAL	200	12	212	
FC	Feira de Cultura					
FF	Festa da Família					
M	Matrícula					
Π	Encerramento da escrita	F				Férias de professores e alunos
SEPv	Semana Educação para a Vida	CN				Consciência Negra 20/11
FT	Final do Trimestre	SMCA				Semana Municipal da Criança e do Adolescente
ACE	Assembleia do Conselho Escolar					
ACE*	Assembleia do Conselho Escolar Extraturno					
CP	Capacitação					

Santa Luzia, 26 de novembro de 2012.

Mariana Freire Lopes Pereira
 Assinatura do diretor

Mariana Freire Lopes Pereira
 Diretora Escolar
 Mat. 20436

Secretaria Municipal de Educação

APROVADO E ARQUIVADO

EM: 19 / 12 / 12

Valcantis
 Responsável

Luziana Andrade de Jesus
 Conselho Municipal de Educação
 Santa Luzia
 Lei nº 1.984/1997

Anexo B- Grade Curricular 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
 e-mail: plane.educacional@santaluzia.mg.gov.br



PLANO CURRICULAR	EDUCAÇÃO INFANTIL	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Município SANTA LUZIA	Distrito/Localização SANTA LUZIA
Código da Escola 31010766	Denominação ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO VEADO "		Ano 2013	Turno DIURNO
Formação Pessoal e Social Conhecimento de Mundo	Eixos de Trabalho	Aulas Semanais	CHA	
			2º Período	
			MA	CHA
	Linguagem Oral e Escrita	2	80	66h40m
	Movimento	2	80	66h40m
	Música	5	200	133h20m
	Artes Visuais	2	80	66h40m
	Natureza e Sociedade	6	240	200h
	Matemática	4	160	133h20m
	Identidade e Autonomia	4	160	133h20m
TOTAL	25	1000	800	

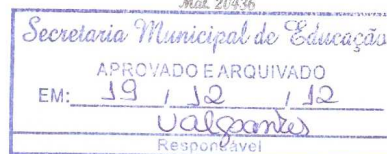
Indicadores fixos:

Número de dias letivos - 200
Número de dias semanais - 05
Número de semanas letivas - 40
Duração do módulo - 50 minutos
Módulo de Música – 40 minutos
Duração do módulo recreio: 20 minutos
Horas/relógio - 800 horas

Luciano Andrade Pereira Silva
 Secretário Municipal de Educação
 Santa Luzia
 Lei nº 1.327/1987

Santa Luzia, 19 de dezembro de 2012

Vanilda Freire Lopes Pereira
ASSINATURA DO DIRETOR
 Vanilda Freire Lopes Pereira
 Diretora Escolar
 Mat. 20436



E.M. "PROF.ª N.ª DA GLÓRIA DE CASTRO VEADO"
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I
 Rua Maria Dória da Rocha, 20 - Conjunto Cristiana B
 CEP-33.110-830 - Tel.: 3636-8000 - Santa Luzia - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
 e-mail: plane.educacional@santaluiza.mg.gov.br



PLANO CURRICULAR	ENSINO FUNDAMENTAL	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Município SANTA LUZIA	Distrito/realização SANTA LUZIA
Código da Escola 31010766	Denominação ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO VEADO"		Ano 2013	Turno DIURNO

DENOMINAÇÃO	1º CICLO						2º CICLO						INDICADORES FIXOS
	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		Nº de dias letivos: 200 Nº de dias semanais: 5 Nº de Semanas letivas: 40 Duração do Módulo: 50 Módulo Recreio: 0:20 Módulo de Lit. Infantil: Juvenil e Ed. Ambiental: 0:40 1º e 2º ciclos Horas/Relógio: 800h		
Ling. Portuguesa	A.S	A.A	CHA	A.S	A.A	CHA	A.S	A.A	CHA	A.S		A.A	CHA
Matemática	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'	5	200	166h 40'	
Geografia	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	
História	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	
Ciências(P.S)	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	
Educação Física	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	2	80	66h 40'	
Artes	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'	1	40	33h 20'	
Educação Religiosa	3	120	80 h	3	120	80 h	3	120	80 h	3	120	80 h	
Lit. Inf. Juvenil	2	80	53h 20'	2	80	53h 20'	2	80	53h 20'	2	80	53h 20'	
Educação Ambiental	25	1000	800	25	1000	800	25	1000	800	25	1000	800	
TOTAL													

OBSERVAR A LEGISLAÇÃO:

- Resolução CMESL nº 017/2010 de 27/05/2010 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Ensino Fundamental.
- Resolução CMESL nº 018/2011 de 18/05/2011 – Revoga o §1º do art. 6º da Resolução nº 17 e da outras providências
- Lei Nº 9.795, de 27/04/99 – Educação Ambiental
- Lei Nº 13.411, de 21/12/1999 – Estudos sobre dependência química
- Lei Nº 10.639, de 09/01/03 – História e Cultura Afro-Brasileira
- Lei N 11.645, de 10/03/08 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*
- Lei Nº 11.769 de 19/08/2008 – Obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica

Secretaria Municipal de Educação
APROVADO E ARQUIVADO
 EM: 19/12/13
Valdson

Conselho Municipal de Educação
 Santa Luzia
 Lei nº 1.984/1997

Assinatura do Diretor
Juanza Vieira Torres
 Diretor Escolar
 Sindicato Estadual
 Mat. 20436

LEGENDA:
 A.S – Aulas Semanais
 A.A – Aulas Anuais
 CHA – Carga Horária Anual